

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	9
3. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADOS.....	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	12
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA	12
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	13
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	13
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	15
10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	15
11. INTANGÍVEL.....	16
12. FORNECEDORES	18
13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	18
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	19
15. ENCARGOS REGULATÓRIOS	21
16. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	21
17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS.....	22
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
19. RECEITA	28
20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	29
21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	31
22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	32
23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	33
24. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	41
25. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	43
26. EVENTOS SUBSEQUENTES	43
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	45
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	51

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2012	31/12/2011 Reclassificado
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	559.457	527.296
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	11.146	5.000
Consumidores e Revendedores	6	1.549.039	1.602.291
Concessionários - Transporte de Energia	6	276.184	247.049
Tributos Compensáveis	7	121.357	118.960
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	8a	120.246	81.597
Fundos Vinculados		12.080	3.279
Estoques		32.172	26.671
Contribuição de Iluminação Pública		66.592	62.889
Subvenção Baixa Renda		37.920	920
Outros		300.889	257.187
TOTAL DO CIRCULANTE		3.087.082	2.933.139
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5	8.046	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	787.903	755.838
Tributos Compensáveis	7	256.108	247.350
Depósitos Vinculados a Litígios	9	840.105	832.466
Consumidores e Revendedores	6	74.059	61.822
Concessionários - Transporte de Energia	6	11.931	11.931
Outros Créditos		48.358	70.171
Ativos Financeiros da Concessão	10	3.630.023	3.118.126
Intangíveis	11	2.303.695	2.703.687
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.960.228	7.801.391
ATIVO TOTAL		11.047.310	10.734.530

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	14	711.113	603.235
Debêntures	14	42.252	22.765
Fornecedores	12	697.338	753.131
Impostos, Taxas e Contribuições	13a	384.284	340.956
Imposto de Renda e Contribuição Social	13b	139.659	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		109.215	109.215
Salários e Encargos Sociais		145.962	168.454
Encargos Regulatórios	15	271.514	210.312
Participações nos Lucros		86.964	59.437
Obrigações Pós-Emprego	16	48.855	53.687
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	23	19.683	25.764
Contribuição de Iluminação Pública		120.055	114.586
Outras		105.732	143.219
TOTAL DO CIRCULANTE		2.882.626	2.604.761
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	14	1.978.736	2.032.642
Debêntures	14	862.133	852.580
Provisões para Contingências	17	140.180	103.684
Obrigações Pós-Emprego	16	1.350.425	1.339.105
Impostos, Taxas e Contribuições	13a	642.766	661.326
Imposto de Renda e Contribuição Social	13b	249.882	276.577
Encargos Regulatórios	15	112.282	187.753
Outras		18.620	19.639
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.355.024	5.473.306
TOTAL DO PASSIVO		8.237.650	8.078.067
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO CONTROLADOR			
	18		
Capital Social		2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		394.465	394.465
Lucros Acumulados		153.197	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.809.660	2.656.463
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.047.310	10.734.530

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
RECEITA	19	2.115.387	1.944.703
CUSTOS OPERACIONAIS	20		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(789.410)	(757.381)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(198.991)	(155.246)
		<u>(988.401)</u>	<u>(912.627)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO	20		
Pessoal e Administradores		(156.912)	(134.682)
Materiais		(6.303)	(6.423)
Serviços de Terceiros		(118.802)	(86.377)
Amortização		(74.563)	(83.721)
Provisões Operacionais		(42.534)	13.381
Custo de Construção		(200.955)	(219.022)
Outras		(15.929)	(26.678)
		<u>(615.998)</u>	<u>(543.522)</u>
CUSTO TOTAL		(1.604.399)	(1.456.149)
LUCRO BRUTO		510.988	488.554
DESPESA OPERACIONAL	20		
Despesas com Vendas		(15.567)	(10.509)
Despesas Gerais e Administrativas		(128.100)	(135.587)
Outras Despesas Operacionais		(75.425)	(48.910)
		<u>(219.092)</u>	<u>(195.006)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		291.896	293.548
Receitas Financeiras	21	83.575	61.853
Despesas Financeiras		(141.374)	(135.510)
Resultado antes dos Impostos		234.097	219.891
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	8c	(145.043)	(60.730)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8c	64.143	(15.562)
RESULTADO DO PERÍODO		153.197	143.599
Lucro Líquido Básico e Diluído por ação ordinária		0,06773	0,06348

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.261.998	114.901	-	2.376.899
Resultado do Período	-	-	143.599	143.599
SALDOS EM 31 MARÇO DE 2011	2.261.998	114.901	143.599	2.520.498
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.261.998	394.465	-	2.656.463
Resultado do Período	-	-	153.197	153.197
SALDOS EM 31 MARÇO DE 2012	2.261.998	394.465	153.197	2.809.660

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	153.197	143.599
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	86.387	94.404
Baixas Líquidas de Intangível	2.444	15
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	7.236	16.239
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(64.143)	15.562
Provisões para Perdas Operacionais	43.269	19.437
Obrigações Pós-emprego	41.682	45.245
	270.072	334.501
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	34.242	(83.995)
Tributos Compensáveis	(11.155)	19.477
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(38.649)	(38.531)
Transporte de Energia	(29.135)	(5.735)
Depósitos Judiciais	(7.639)	(67.065)
Subvenção Baixa Renda	(37.000)	9.301
Outros	(7.815)	(4.936)
	(97.151)	(171.484)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(55.793)	(1.777)
Impostos, Taxas e Contribuições	24.768	90.241
Imposto de Renda e contribuição Social a Pagar	112.964	60.729
Salários e Contribuições Sociais	(22.492)	(30.076)
Encargos do Consumidor a Recolher	(14.269)	(43.314)
Empréstimos e Financiamentos	71.840	68.580
Obrigações Pós-Emprego	(35.194)	(35.519)
Perdas Instrumentos Financeiros	(6.081)	9.240
Outros	(5.511)	(89.147)
	70.232	28.957
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	243.153	191.974
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(14.192)	-
Em Intangível	(200.736)	(214.134)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(214.928)	(214.134)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	30.500	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(26.564)	(16.780)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(19)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.936	(16.799)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	32.161	(38.959)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	527.296	503.409
No fim do período	559.457	464.450
	32.161	(38.959)
TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	535	9.283

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	31/03/2012		31/03/2011	
			Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	3.120.922		2.796.799	
Receita de Construção	200.955		219.022	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.567)		(10.509)	
	<u>3.306.310</u>		<u>3.005.312</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(789.410)		(757.381)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(198.991)		(155.246)	
Serviços de Terceiros	(162.619)		(145.190)	
Materiais	(10.188)		(12.355)	
Custo de Construção	(200.955)		(219.022)	
Outros Custos Operacionais	(59.227)		(21.508)	
	<u>(1.421.390)</u>		<u>(1.310.702)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.884.920</u>		<u>1.694.610</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(86.387)		(94.404)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>1.798.533</u>		<u>1.600.206</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	136.446		85.257	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>1.934.979</u>		<u>1.685.463</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	235.844	12,19	184.187	10,93
Remuneração Direta	148.808	7,69	113.629	6,74
Benefícios	61.980	3,20	57.459	3,41
FGTS	11.273	0,58	10.499	0,62
Outros	13.783	0,71	2.600	0,15
Impostos, Taxas e Contribuições	1.334.063	68,94	1.184.725	70,29
Federais	716.429	37,03	622.295	36,92
Estaduais	615.677	31,82	560.899	33,28
Municipais	1.957	0,10	1.531	0,09
Remuneração de Capitais de Terceiros	211.875	10,95	172.952	10,26
Juros	194.245	10,04	158.914	9,43
Aluguéis	17.630	0,91	14.038	0,83
Remuneração de Capital Próprio	153.197	7,92	143.599	8,52
Lucros Acumulados	153.197	7,92	143.599	8,52
	<u>1.934.979</u>	<u>100,00</u>	<u>1.685.463</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 7.383.745 consumidores em 31 de março de 2012.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

b) Setor Elétrico no Brasil:

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia. De acordo com os contratos de concessão, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, a Companhia pode requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos através de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Apresentação das Informações Contábeis Intermediárias

As Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS-34 – Interim Financial Reporting emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias – ITR.

A Companhia não possui resultado abrangente, motivo pelo qual não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.

2.2 Bases de mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Contábeis Intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Contábeis Intermediárias de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Informações – Contábeis Intermediárias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 8 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 16 – Obrigações Pós -Emprego;
- Nota 17 – Provisões;
- Nota 19 – Fornecimento não faturado de Energia Elétrica
- Nota 20 – Amortização; e
- Nota 23 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos

2.5 Reclassificações de saldos contábeis

Conta de origem		Conta de Reclassificação	
Balanco Patrimonial	31/03/2012	Balanco Patrimonial	31/12/2011
Ativo		Ativo	
Circulante		Circulante	
		Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	5.000
Outros	(5.920)	Subvenção Baixa Renda	920
	<u>(5.920)</u>		<u>5.920</u>
Demonstração de Resultado	31/03/2012	Demonstração de Resultado	31/03/2011
Receita de construção	-	Receita de construção	219.022
Custo de Construção	-	Custo de Construção	<u>(219.022)</u>
	-		-
Pessoal e Administradores	(38.332)		
Materiais	(5.697)		
Serviços de Terceiros	(41.345)		
Amortização	<u>(10.572)</u>	Despesas Gerais e Administrativas	95.946
	(95.946)		95.946
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	16.710	Outras Despesas Operacionais	(16.710)
Receitas Financeiras	(23.403)	Despesas Financeiras	23.403
Despesas Financeiras	<u>23.403</u>	Receitas Financeiras	<u>(23.403)</u>
	-		-
Demonstração do Fluxo de Caixa	31/03/2012	Demonstração do Fluxo de Caixa	31/03/2011
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
(Aumento) Redução de Ativos		(Aumento) Redução de Ativos	
Outros	(9.301)	Subvenção Baixa Renda	9.301
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Ativos Financeiros da Concessão	(380)	Em Intangível	380
Demonstração do Valor Adicionado	31/03/2012	Demonstração do Valor Adicionado	31/03/2011
Receita de construção	-	Receita de construção	219.022
Custo de Construção	-	Custo de Construção	<u>(219.022)</u>
	-		-

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Receita e Custo de Construção: apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações de Resultados e Demonstrações do Valor Adicionado no primeiro trimestre de 2011, foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas receitas e despesas operacionais;
- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais no primeiro trimestre de 2011, foi reclassificada para outras despesas operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Resultado financeiro: apresentados os resultados dos instrumentos financeiros pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período;

Os demais itens foram reclassificados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

3. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADOS

As informações referentes aos Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas ainda não adotados pela Companhia não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.6 (q) às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	44.444	43.411
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	508.117	467.416
Letras Financeiras do Tesouro	143	2.792
Letras do Tesouro Nacional	-	909
Outras	6.753	12.768
	515.013	483.885
	559.457	527.296

As Aplicações Financeiras correspondem à operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 23 destas Informações Trimestrais.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

	31/03/2012	31/12/2011
Certificados de depósitos bancários	10.174	5.000
Letras Financeiras Bancos	8.235	
Outros	783	
	19.192	5.000
Ativo Circulante	11.146	5.000
Ativo Não Circulante	8.046	-

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2012	31/12/2011
Residencial	473.765	174.097	122.930	770.792	797.392
Industrial	155.761	28.547	212.979	397.287	430.220
Comércio, Serviços e Outras	249.616	48.384	92.578	390.578	372.079
Rural	67.518	18.194	31.469	117.181	114.130
Poder Público	71.323	12.792	19.570	103.685	97.396
Iluminação Pública	53.183	3.555	23.803	80.541	79.498
Serviço Público	37.503	5.598	37.370	80.471	84.061
Subtotal – Consumidores	1.108.669	291.167	540.699	1.940.535	1.974.776
Suprimento a Outras Concessionárias	-	-	18	18	880
Concessionários – Transporte de Energia	138.446	9.111	140.558	288.115	258.980
Suprimento - Energia de Curto Prazo	-	-	861	861	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(318.316)	(318.316)	(311.543)
	1.247.115	300.278	363.820	1.911.213	1.923.093
Ativo Circulante				1.825.223	1.849.340
Ativo Não Circulante				85.990	73.753

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 23.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS a Recuperar	71.980	73.487
COFINS	38.672	35.534
PASEP	9.171	8.490
Outros	1.534	1.449
	121.357	118.960
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	175.407	173.859
COFINS	66.942	61.018
PASEP	13.759	12.473
	256.108	247.350
	377.465	366.310

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de Infraestrutura em função da Concessão, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até março de 2013.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2012 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de impostos e contribuições.

	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	84.906	62.109
Contribuição Social	35.340	19.488
	120.246	81.597

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e de Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	31/03/2012	31/12/2011
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	269.435	265.504
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	116.088	113.785
Provisão para Contingências	49.838	35.253
Instrumentos Financeiros	77.397	59.421
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	153.155	153.155
Taxa de Administração	8.944	8.944
Variação Cambial	92.712	92.102
Outros	20.334	27.674
	787.903	755.838

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de março de 2012, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores da Cemig Distribuição referente à projeção de lucratividade futura que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2012, conforme abaixo:

2012	183.417
2013	307.015
2014	148.735
2015	148.736
	787.903

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	234.097	219.891
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(79.593)	(74.763)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Incentivos Fiscais	2.047	943
Contribuições e Doações Indedutíveis	(465)	(574)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	123	149
Outros	(3.012)	(2.047)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(80.900)	(76.292)
Alíquota Efetiva	34,56%	34,70%
Corrente	(145.043)	(60.730)
Diferido	64.143	(15.562)

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	31/03/2012	31/12/2011
Trabalhista	139.558	135.126
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	612.622	612.622
Outros	1.392	1.391
Outros	80.833	77.627
	840.105	832.466

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 13 das Informações Contábeis Intermediárias

10. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (f) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011 a parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

Ativos Financeiros - Concessão	Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.118.126
Adições (por transferência do Ativo Intangível)	513.056
Baixas	(1.159)
Saldo em 31 de março de 2012	3.630.023

11. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 31 de março de 2012

	31/03/2012			31/12/2011
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos da Concessão	7.647.182	(5.954.618)	1.692.564	2.085.691
(-) Obrigações especiais	(1.026.064)	504.230	(521.834)	(583.348)
Ativos da Concessão Líquidos	6.621.118	(5.450.388)	1.170.730	1.502.343
Intangível em Curso	1.132.965	-	1.132.965	1.201.344
Total do Intangível	7.754.083	(5.450.388)	2.303.695	2.703.687

b) Mutação do ativo intangível em 31 de março de 2012

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo em 31/03/2012
Ativos da Concessão	2.085.691	-	(272.618)	(1.285)	(119.224)	1.692.564
(-) Obrigações Especiais	(583.348)	(68.047)	96.943	-	32.618	(521.834)
Ativos da Concessão Líquidos	1.502.343	(68.047)	(175.675)	(1.285)	(86.606)	1.170.730
Intangível em Curso	1.201.344	269.002	(337.381)	-	-	1.132.965
	2.703.687	200.955	(513.056)	(1.285)	(86.606)	2.303.695

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ativos da Concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Intangível para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

As obrigações especiais são amortizadas por taxa correspondente à taxa média dos ativos de distribuição.

A ANEEL através da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas anuais de depreciação para os ativos “em serviço” outorgados no setor elétrico, a adoção das novas taxas significou um aumento da vida útil dos ativos de distribuição, ocasionando um aumento do Ativo Financeiro de R\$327.870 e consequente redução do Ativo Intangível, tal movimentação está demonstrada nas respectivas Notas Explicativas.

A taxa de depreciação média anual é de 4,12% e as principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução supracitada, são as seguintes:

Distribuição	(%)	Administração	(%)
Chave Sistema	6,67	Software	20,00
Condutor do Sistema	3,57	Veículos	14,29
Estrutura do Sistema (poste)	3,57	Equipamento Geral	6,25
Transformador de distribuição	4,00	Edificação	3,33
Disjuntor	3,03		
Banco de Capacitores	6,67		
Regulador de Tensão	4,35		

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, no montante de R\$535 em 31 de março de 2012 (R\$9.283 em 31 de março de 2011).

A Companhia possui registrado em seu Ativo Intangível, em 31 de março de 2012, o valor contábil bruto de R\$1.600.567 referentes aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

12. FORNECEDORES

	31/03/2012	31/12/2011
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica		
Eletróbrás – Energia de Itaipu	131.796	162.506
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	68.275	35.096
Furnas	45.887	55.464
Cemig Geração e Transmissão	28.088	28.915
Tractebel Energia	9.133	22.062
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	22.952	26.563
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	12.122	13.154
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	8.381	14.798
CTEEP – Cia. de Trasm. de Energia Elétrica Paulista	1.993	6.990
Copel Geração e Transmissão	11.114	11.122
Eletrosul Centrais Elétricas	1.524	4.807
CESP – Cia. Energética de São Paulo	18.758	18.163
TAESA – Transm. Aliança de Energia Elétrica	2.495	2.098
CGTEE - Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica	3.222	3.165
Outros Geradores e Distribuidores	168.914	122.999
	534.654	527.902
Materiais e Serviços	162.684	225.229
	697.338	753.131

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por fazer os recolhimentos mensalmente dos impostos.

	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		
ICMS	274.511	259.613
COFINS	70.179	37.668
PASEP	15.237	8.178
INSS	13.033	16.392
Outros	11.324	19.105
	384.284	340.956
Não Circulante		
COFINS	528.111	543.360
PASEP	114.655	117.966
	642.766	661.326
	1.027.050	1.002.282

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo regime de caixa, custos de captação de Empréstimos e encargos financeiros transferidos para o Intangível.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

	31/03/2012	31/12/2011
Circulante		
Imposto de Renda	102.945	-
Contribuição Social	36.714	-
	139.659	-
Não Circulante		
Obrigações Diferidas		-
Imposto de Renda	183.737	203.366
Contribuição Social	66.145	73.211
	249.882	276.577
	389.541	276.577

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	31/03/2012						31/12/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6	USD	23.563	22.776	46.339	46.989
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.375	26.563	34.938	34.826
KFW	2016	4,5	EUR	1.693	6.411	8.104	8.027
Dívida em Moeda Estrangeira				33.631	55.750	89.381	89.842
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.936	5.000	10.936	10.628
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	106.807	-	106.807	104.050
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	114.066	200.000	314.066	306.220
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83*	R\$	-	732.738	732.738	713.255
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58**	R\$	(4.815)	(600)	(5.415)	(6.459)
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	101.794	-	101.794	99.114
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5 do CDI*	R\$	-	452.918	452.918	442.528
Banco do Brasil S.A. (4)	2014	0,64***	R\$	(2.600)	(2.315)	(4.915)	(5.891)
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	106% do CDI*	R\$	102.693	-	102.693	100.086
Banco do Brasil S.A. (4)	2012	0,32***	R\$	(229)	-	(229)	(307)
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	39.010	33.108	72.118	71.774
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	918	868	1.786	2.955
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.550	24.554	50.104	51.810
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	71.749	60.217	131.966	128.256
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	11.565	508.446	520.011	502.648
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	30.687	353.687	384.374	372.697
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	63.327	368.728	432.055	428.238
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	2.389	2.724	5.113	6.366
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	13.164	12.490	25.654	25.112
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	37.723	32.556	70.279	68.300
Dívida em Moeda Nacional				719.734	2.785.119	3.504.853	3.421.380
Total Geral				753.365	2.840.869	3.594.234	3.511.222

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.
- (2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.
- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
 - a. *Taxa Contratual.
 - b. ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.
 - c. *** Taxa equivalente

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	31.938	26.847	2.036	-	-	-	-	20.456	81.277
Euro	1.693	1.603	1.602	1.603	1.603	-	-	-	8.104
	33.631	28.450	3.638	1.603	1.603	-	-	20.456	89.381
Indexadores									
IPCA (1)	11.565	-	-	169.482	169.482	169.482	-	-	520.011
IGP-M (2)	30.687	-	353.687	-	-	-	-	-	384.374
UFIR/RGR (3)	52.213	66.722	68.957	60.601	49.323	39.978	35.362	58.898	432.054
CDI (4)	519.156	511.628	405.193	-	-	-	-	-	1.435.977
Taxas pré-fixadas	(3.532)	730.855	-	-	-	-	-	-	727.323
TR (5)	1.500	-	382	96	-	-	-	-	1.978
Outros	811	100	45	844	906	215	215	-	3.136
	612.400	1.309.305	828.264	231.023	219.711	209.675	35.577	58.898	3.504.853
	646.031	1.337.755	831.902	232.626	221.314	209.675	35.577	79.354	3.594.234

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo - IPCA

(2) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M

(3) Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR

(4) Certificado Depósito Interbancário - CDI

(5) Taxa Referencial - TR

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição Acumulada em 2012%	Indexadores	Varição Acumulada em 2012%
Dólar Norte-americano	(2,86)	IGP-M	0,62
Euro	(0,17)	IPCA	1,22
		CDI	2,45

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.511.222
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	30.500
Variação Monetária e Cambial	7.236
Encargos Financeiros Provisionados	83.777
Encargos Financeiros Pagos	(13.676)
Amortização de Financiamentos	(26.564)
Amortização do Custode Transação na Obtenção de Financiamentos	1.739
Saldo em 31 de março de 2012	3.594.234

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Clausulas contratuais restritivas “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Clausulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 dezembro.

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/03/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão – RGR	36.098	34.870
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	50.887	50.887
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	37.570	32.674
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.806	1.806
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.807	2.365
Eficiência Energética	131.306	131.015
Pesquisa e Desenvolvimento	85.486	88.678
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.404	1.182
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	18.790
Encargos de Capacidade Emergencial	31.062	31.092
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	4.163	3.499
	383.796	398.065
Passivo Circulante	271.514	210.312
Passivo Não Circulante	112.282	187.753

16. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria denominados Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) e Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”). Detalhes sobre os referidos Planos podem ser encontrados nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2011.

Adicionalmente, foi reconhecida pela Cemig Distribuição uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados do fundo de pensão no montante de R\$608.030 em 31 de março de 2012 (R\$613.102 em 31 de dezembro de 2011). Esta obrigação será amortizada até junho de 2024, com reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acrescido de 6% de juros ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra Patrimônio Líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	613.102	413.441	22.364	343.885	1.392.792
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	18.210	12.918	253	10.301	41.682
Contribuições Pagas	(23.282)	(9.747)	(154)	(2.011)	(35.194)
Passivo Líquido em 31 de março de 2012	608.030	416.612	22.463	352.175	1.399.280
Passivo Circulante					48.855
Passivo Não Circulante					1.350.425

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia constituiu Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2012
Trabalhistas	18.469	5.856	(3.058)	21.267
Cíveis				
Relações de Consumo	46.711	24.246	(666)	70.291
Outras ações cíveis	10.748	13.228	(94)	23.882
	57.459	37.474	(760)	94.173
Tributárias	3.109	206		3.315
Ambientais	276	10		286
Regulatórias	20.238	(4.202)	(2.531)	13.505
Outras	4.133	3.552	(51)	7.634
Total	103.684	42.896	(6.400)	140.180

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda mais provável que sim do que não e passivos contingentes vinculados, para processos com expectativa de perda mais provável que não do que sim

Obrigações Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$141.883 (R\$126.088 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$21.267 (R\$18.086 em 31 de dezembro de 2011) foram provisionados.

Relações de Consumo

A Cemig D é parte em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de incidentes envolvendo a rede elétrica de distribuição, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$98.380, dos quais R\$70.291 foram provisionados.

A reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foi a principal causa das constituições realizadas em 31 de março de 2012, no montante de R\$24.246, que passou para perda mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$138.598 (R\$136.391 em 31 de dezembro de 2011).

Participação nos Lucros e Resultados

O INSS instaurou processo administrativo contra a Controladora, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Cemig não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Cemig recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Cemig acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$143.297 (R\$140.875 em 31 de dezembro de 2011). Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig D, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

A expectativa de perda nestas ações é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$489.302 (R\$477.769 em 31 de dezembro de 2011) .

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$191.073 (R\$187.389 em 31 de dezembro de 2011).

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

A Companhia é parte em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig D, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$359.798 (R\$330.871 em 31 de dezembro de 2011).

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.028.054 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011). Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig D é parte em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig D na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$10.557 (R\$11.706 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Controladora é parte em várias outras ações civis públicas com o mesmo objeto, no montante, aproximado, de R\$1.165.232 (R\$1.171.696 em 31 de dezembro de 2011). Caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Cemig D será, parcialmente, impactada.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$125.158 (R\$122.531 em 31 de dezembro de 2011).

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$151.666 (R\$1.061.084 em 31 de dezembro de 2011).

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$125.606 (R\$147.517 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado, em 2012 e 2011, por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Reservas de Lucros

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	31/03/2012	31/12/2011
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	150.900	150.900
Dividendos adicionais propostos	243.565	243.565
	394.465	394.465

Lucro por ação

O Lucro por ação no primeiro trimestre de 2012 e 2011 foi de R\$0,06 e R\$0,06, respectivamente, sendo calculados com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados.

19. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos (a)	2.580.451	2.304.194
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres (b)	458.628	447.341
Receita de Construção (c)	200.955	219.022
Outras Receitas Operacionais (d)	81.843	45.264
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (e)	(1.206.490)	(1.071.118)
	2.115.387	1.944.703

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
Residencial	2.185.865	2.183.016	1.182.101	997.477
Industrial	1.044.284	1.227.042	378.233	398.672
Comércio, Serviços e Outros	1.373.728	1.324.506	607.990	531.409
Rural	562.856	533.140	162.168	150.734
Poder Público	195.328	194.830	82.862	77.553
Iluminação Pública	309.271	278.931	83.444	68.684
Serviço Público	289.407	283.251	83.535	76.086
Subtotal	5.960.739	6.024.716	2.580.333	2.300.615
Consumo Próprio	8.810	9.350	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	118	(16.054)
	5.969.549	6.034.066	2.580.451	2.284.561
Transações com Energia na CCEE (*)	133.490	188.279	-	19.633
Total	6.103.039	6.222.345	2.580.451	2.304.194

(*) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

b) Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

c) Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção, no mesmo valor, e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão. Mais detalhes nas notas nº 19 e 20 das Informações Contábeis Intermediárias

d) Outras Receitas Operacionais

	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
Serviço Taxado	3.771	3.738
Outras Prestações de Serviços	2.152	3.761
Subvenções (*)	49.076	22.641
Aluguel e Arrendamento	26.636	14.799
Outras	208	325
	81.843	45.264

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRAS.

e) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/03/2012	31/03/2011
Impostos sobre a Receita		
ICMS	614.360	559.264
PIS-PASEP	52.106	46.200
COFINS	240.003	212.803
ISSQN	70	104
	906.539	818.371
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão - RGR	22.252	12.660
Programa de Eficiência Energética - PEE	(3.446)	7.860
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	112.709	98.024
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	152.660	121.627
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.944	3.144
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.944	3.144
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.972	1.572
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	5.916	4.716
	299.951	252.747
	1.206.490	1.071.118

20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
Pessoal (a)	205.715	189.311
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	37.155	16.710
Obrigações Pós-Emprego (Nota 16)	23.472	21.833
Materiais	10.188	12.355
Serviços de Terceiros (b)	162.619	145.190
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	789.410	757.381
Amortização	86.387	94.404
Provisões Operacionais (d)	58.101	18.999
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	198.991	155.246
Custo de Construção	200.955	219.022
Outras Despesas Líquidas (e)	50.498	20.704
	1.823.491	1.651.155

a) Despesas com Pessoal	31/03/2012	31/03/2011
Remunerações e Encargos	172.116	165.244
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	10.973	11.882
Benefícios Assistenciais	24.746	23.485
	207.835	200.611
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(15.903)	(13.900)
Programas de Desligamento de Empregados	13.783	2.600
	205.715	189.311

Programa Desligamento Premiado – PDP

Em novembro de 2011, a Companhia criou o Programa Desligamento Premiado (PDP), de caráter permanente e aplicável às rescisões dos Contratos de Trabalho de forma livre e espontânea e está em conformidade com a Lei 12.506 de outubro de 2011, que trata de concessão do Aviso Prévio de 1 até 3 meses, e, desta forma, encerrou o antigo Programa Prêmio Desligamento (PPD).

Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias), conforme determina a Lei 12.506 de 2011, e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa. Até 31 de março 2012, houve a adesão de 84 empregados.

b) Serviços de Terceiros	31/03/2012	31/03/2011
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	39.126	31.212
Comunicação	23.569	17.584
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	38.519	32.615
Conservação e Limpeza de Prédios	7.916	8.699
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	6.832	6.325
Mão de Obra Contratada	5.825	10.738
Fretes e Passagens	744	1.249
Hospedagem e Alimentação	2.320	3.734
Vigilância	2.074	1.898
Consultoria	418	368
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	6.678	5.440
Manutenção e Conservação de Veículos	4.435	5.200
Corte e Religação	6.748	6.178
Podas de Árvores	4.668	5.196
Outros	12.747	8.754
	162.619	145.190

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
Energia de Itaipu Binacional	190.911	187.552
Energia de Curto Prazo	107.709	61.502
Contatos Bilaterais	62.522	54.707
Energia adquirida em Leilão	438.945	485.440
PROINFA	56.370	43.430
Créditos de PASEP/COFINS	(67.047)	(75.250)
	789.410	757.381

d) Provisões Operacionais	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
Prêmio de Aposentadoria	(362)	(438)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.567	10.509
Provisão para Contingências		
Trabalhistas	5.856	2.558
Cíveis	37.474	6.340
Tributárias	206	19
Ambientais	10	11
Regulatórias	(4.202)	-
Outras	3.552	-
	<u>42.896</u>	<u>8.928</u>
	<u>58.101</u>	<u>18.999</u>

e) Outras Despesas Líquidas	31/03/2012	31/03/2011 Reclassificado
Arrendamentos e Aluguéis	17.630	14.038
Propaganda e Publicidade	1.791	3.844
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.901	674
Subvenções e Doações	2.596	2.896
Taxa de Fiscalização da ANEEL	5.399	5.091
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	10.768	5.147
Contribuição a CCEE	596	750
Seguros	474	467
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	3.029	2.181
Forluz – Custeio Administrativo	4.092	2.754
Outras (Recuperação de Despesas)	222	(17.138)
	<u>50.498</u>	<u>20.704</u>

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/03/2012	31/03/2011
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	8.939	9.665
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	31.770	27.810
Variações Cambiais	12.711	5.623
Ganhos Líquidos com Instrumentos Financeiros (<i>nota 23</i>)	6.080	-
Outras	24.075	18.755
	<u>83.575</u>	<u>61.853</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(82.157)	(67.603)
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(18.210)	(23.412)
Variações Cambiais	(6.126)	(653)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(9.562)	(18.764)
Perdas Líquidas com Instrumentos Financeiros (<i>nota 23</i>)	-	(9.240)
Variação Monetária P&D e PEE	(5.101)	(6.359)
Outras	(20.218)	(9.479)
	<u>(141.374)</u>	<u>(135.510)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(57.799)</u>	<u>(73.657)</u>

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	10.834	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	109.215	109.215	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	2.012	4.146	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	260	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	3.312	3.554	28.088	28.915	11.946	11.825	(66.679)	(60.413)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	19	18.066	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	702	749	-	-	(1.827)	(1.277)
Cemig Capim Branco								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	8.562	7.320	1.231	1.135	(13.371)	(13.797)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (4)	7.882	6.657	-	-	21.452	18.621	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (6)	71.980	73.487	274.511	259.613	(614.360)	(559.264)	-	-
Consumidores e Revendedores (3)	13.036	25.016	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (6)	175.407	173.859	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (4)	-	-	48.855	53.687	-	-	(23.472)	(21.833)
Despesa com pessoal (7)	-	-	-	-	-	-	(10.973)	(11.882)
Custeio Administrativo (8)	-	-	-	-	-	-	(4.092)	(2.754)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (4)	-	-	1.350.424	1.339.105	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (9)	-	-	8.197	15.310	-	-	(7.921)	(8.054)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Programa Luz para todos (10)	-	-	-	177	-	-	-	-
Não Circulante								
Programa Luz para todos (10)	-	-	275	275	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão, Light S.A. e Cemig Capim Branco S.A. decorrente do leilão público de energia ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita através de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu posteriormente os contratos que deveriam ser assinados entre distribuidores e geradores;
- (3) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (4) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Contábeis) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (5) Refere-se a venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (6) As operações com ICMS registradas nas Informações referem-se as operações de venda de energia e créditos de aquisição de ativo imobilizado e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (7) Contribuições da Companhia para o Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria referentes aos empregados participantes do Plano Misto (Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 das Informações Contábeis Intermediárias) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (8) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (9) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (10) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 7, 13, 14, 16, 19 e 20 das Informações Contábeis Intermediárias.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia são os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros de Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria o Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;

- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Contas Bancárias	44.444	44.444	43.411	43.411
Consumidores, Revendedores e Transporte de Energia	1.911.213	1.911.213	1.923.093	1.923.093
Fundos Vinculados	12.080	12.080	3.279	3.279
Ativos Financeiros – Concessão	<u>3.630.023</u>	<u>3.630.023</u>	<u>3.118.126</u>	<u>3.118.126</u>
	5.597.760	5.597.760	5.087.909	5.087.909
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Equivalentes de Caixa	515.013	515.013	483.885	483.885
Titulos e Valores Mobiliarios	<u>19.192</u>	<u>19.192</u>	<u>5.000</u>	<u>5.000</u>
	534.205	534.205	488.885	488.885
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	697.338	697.338	753.131	753.131
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	<u>3.594.234</u>	<u>3.561.049</u>	<u>3.511.222</u>	<u>3.598.107</u>
	4.291.572	4.258.387	4.264.353	4.351.238
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumento Derivativo - Contrato de Swap	<u>19.683</u>	<u>40.275</u>	<u>25.764</u>	<u>40.031</u>
	<u>10.443.220</u>	<u>10.430.627</u>	<u>9.823.500</u>	<u>9.924.652</u>

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxas de Câmbio

A Cemig Distribuição está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Distribuição possuía, em 31 de março de 2012, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	31/03/2012	31/12/2011
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 14)</i>	81.277	81.813
(-) Operações contratadas de hedge/swap	(31.387)	(32.312)
	<u>49.890</u>	<u>49.501</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 14)</i>	8.104	8.029
Passivo Líquido Exposto	<u>57.994</u>	<u>57.530</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2013 será de 2,86% para o Dólar (R\$1,770) e de 6,79% para o Euro (R\$2,265). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/03/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 4)</i>	81.277	78.953	98.691	118.430
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(31.387)	(30.490)	(38.113)	(45.735)
	<u>49.890</u>	<u>48.463</u>	<u>60.578</u>	<u>72.695</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 14)</i>	8.104	7.554	9.442	11.331
	<u>57.994</u>	<u>56.017</u>	<u>70.020</u>	<u>84.026</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>57.994</u>	<u>56.017</u>	<u>70.020</u>	<u>84.026</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>1.977</u>	<u>(12.026)</u>	<u>(26.032)</u>

Risco de Taxa de Juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de março de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig às Taxas de Juros Nacionais	31/03/2012	31/12/2011
Ativos		
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	515.013	483.885
Títulos e Valores Mobiliários	19.192	5.000
	<u>534.205</u>	<u>488.885</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (nota 14)	(1.435.977)	(1.404.636)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(600.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(31.387)	(32.312)
	<u>(2.067.364)</u>	<u>(2.036.948)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.533.159)</u>	<u>(1.548.063)</u>

Análise de Sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de março de 2013 será de 9%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 9,75%	Cenário Provável SELIC 9%	Cenário Possível SELIC 11,25%	Cenário Remoto SELIC 13,5%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 4)	515.013	561.364	572.952	584.540
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	19.192	20.919	21.351	21.783
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 14)	(1.435.977)	(1.565.215)	(1.597.524)	(1.629.834)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(651.840)	(664.800)	(681.000)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(31.387)	(34.212)	(34.918)	(35.624)
	<u>(2.067.364)</u>	<u>(2.251.267)</u>	<u>(2.297.242)</u>	<u>(2.346.458)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.533.159)</u>	<u>(1.668.984)</u>	<u>(1.702.939)</u>	<u>(1.740.135)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(135.825)</u>	<u>(169.780)</u>	<u>(206.976)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig Distribuição apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig Distribuição administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também, são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para devedores duvidosos em 31 de março de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$318.316.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig D administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a CEMIG divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem, aproximadamente, 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos, exclusivamente, em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de duas agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a CEMIG estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas são exigidas semestralmente conforme descrito na Nota Explicativa nº 14 das Informações Contábeis Intermediárias.

Risco de não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram um ganho em 31 de março de 2012 no montante de R\$6.080 (perda de R\$9.240 no mesmo período de 2011), registrados no resultado financeiro. A contraparte da operação de derivativos é o banco Santander - ABN e os contratos são de *swap* cambial e de taxa de juros.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, também, a implementação de diretrizes relativas ao ambiente de Riscos Financeiros ao implementar planos de ação.

Metodologia de Cálculo do Valor Justo das Posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro a seguir apresenta o instrumento derivativo contratado pela Companhia em 31 de março de 2012:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor Principal Contratado		Perda não Realizada				Efeito acumulado	
				Valor Conforme Contrato		Valor Justo		Valor Recebido	Valor Pago		
				31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2012		
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.226	US\$17.226	(51.088)	(48.351)	(50.826)	(47.611)	-	-
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	31.405	22.587	10.551	7.580	-	-

A contraparte das operações de derivativos da Companhia é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI em 31 de março de 2012 será de 9%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31 de março de 2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de março de 2012 seria de 11,25% e 13,5% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Cenário Base 31/03/2012 9,75%	Cenário Provável 9%	Cenário Possível 11,25%	Cenário Remoto 13,5%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	31.387	34.212	34.918	35.624
Efeito Líquido da Variação do CDI		(2.825)	(3.531)	(4.237)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	31.387	30.490	38.113	45.735
Efeito Líquido da Variação do US\$		897	(6.726)	(14.348)
Efeito Líquido		(3.722)	3.195	10.111

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 31/03/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	651.840	664.800	677.760
Efeito Líquido da Variação do CDI		(51.840)	(64.800)	(77.760)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		16.980	4.020	(8.940)

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2012	31/12/2011
Total do Passivo	8.237.650	8.078.067
Caixa e Equivalentes de Caixa	(559.457)	(527.296)
Títulos e Valores Mobiliários	(19.192)	(5.000)
Dívida Líquida	7.659.001	7.545.771
Total do Patrimônio Líquido	2.809.660	2.656.463
Valores Acumulados no Patrimônio Líquido Referente a Hedge de Fluxo de Caixa	-	-
Capital Ajustado	2.809.660	2.656.463
Relação Dívida Líquida sobre Capital Ajustado no final de dezembro	2,73	2,84

24. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/03/2012	Valor justo em 31 de março de 2012		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Caixa e Depósitos Bancários	44.444	-	44.444	-
Títulos e Valores Mobiliários	19.192	-	19.192	-
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	508.117	-	508.117	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	143	143	-	-
Outros	6.753	-	6.753	-
	515.013	143	514.870	-
Passivos				
Contratos de Swaps	40.275	-	40.275	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em Reais.

Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do swap da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador pelo mercado na data de mensuração. A precificação da ponta Dólar do swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

25. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reajuste Tarifário

Em 08 de abril de 2012, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 3,85% a partir daquela data.

b) Aumento do Capital Social aprovado pela Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foram aprovadas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a destinação do Lucro Líquido do exercício no montante de R\$719.971, bem como a definição da forma e data do pagamento dos Dividendos e dos Juros Sobre o Capital Próprio no montante de R\$683.972.

Ao lucro líquido do exercício de 2011, nos montantes indicados, foi dada a seguinte destinação: R\$35.999 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social. R\$683.972 mil sejam destinados ao pagamento de Dividendos, sendo: R\$142.613 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, R\$297.794 mil na forma de Dividendos Intermediários, a título de antecipação parcial do Dividendo Mínimo Obrigatório de 2011, R\$243.565 mil na forma de dividendos complementares de 2011.

Os pagamentos dos Dividendos Complementares de 2011 serão realizados em duas parcelas, 50% até 30 de junho de 2012 e 50% até 30 de dezembro de 2012, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

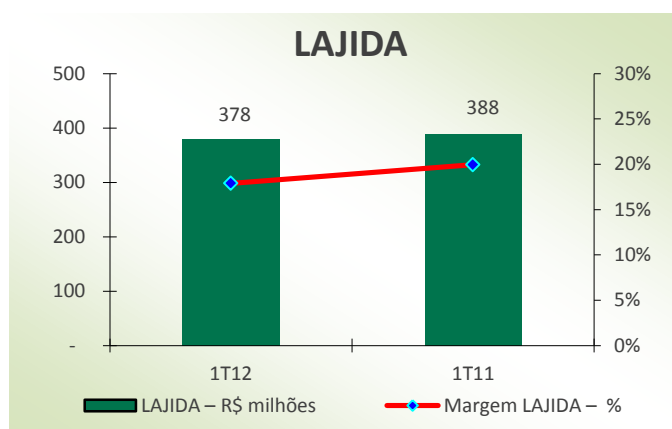
Lucro do Período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro trimestre de 2012, um Lucro Líquido de R\$153.197, em comparação ao Lucro Líquido de R\$143.599, no primeiro trimestre de 2011, um aumento de 6,68%. Este resultado deve-se, principalmente, à redução de 21,53% nas despesas financeiras líquidas. As principais variações na receita, nos custos e despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição apresentou uma redução de 2,49% no primeiro trimestre de 2012 na comparação com o mesmo período de 2011:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2012	31/03/2011	Var. %
Resultado do Período	153.197	143.599	6,68
+ Despesa de IR e Contribuição Social	80.900	76.292	6,04
+ Resultado Financeiro Líquido	57.799	73.657	(21,53)
+ Amortização	86.387	94.404	(8,49)
= LAJIDA	378.283	387.952	(2,49)



A redução do LAJIDA no primeiro trimestre de 2012, em comparação ao primeiro trimestre de 2011, deve-se, principalmente, ao aumento de 11,59% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com amortização), que foi parcialmente compensado pelo aumento de 8,78% na receita. Em linha com a redução do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 19,95%, no primeiro trimestre de 2011, para 17,87%, no primeiro trimestre de 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo a Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.580.451, no primeiro trimestre de 2012, em comparação a R\$2.304.194, no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 11,99%.

No que se refere à venda para consumidores finais, os principais impactos na Receita, no primeiro trimestre de 2012, decorreram dos seguintes fatores:

- redução de 1,06% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais, decorrente da redução de 14,89% no consumo industrial, ocasionado, principalmente, pela migração de consumidores cativos para a condição de consumidores livres, somada à redução da atividade industrial no estado no período;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral no primeiro trimestre de 2012);

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	31/03/2012	31/03/2011	Var %
Residencial	2.185.865	2.183.016	0,13
Industrial	1.044.284	1.227.042	(14,89)
Comércio, Serviços e Outros	1.373.728	1.324.506	3,72
Rural	562.856	533.140	5,57
Poder Público	195.328	194.830	0,26
Iluminação Pública	309.271	278.931	10,88
Serviço Público	289.408	283.251	2,17
Total	5.960.739	6.024.716	(1,06)

Os aumentos nas classes comercial e rural decorrem, principalmente, do aumento da quantidade de consumidores, que cresceu 9,83% e 20,93% nessa ordem.

O aumento na classe iluminação pública decorre da aplicação da Resolução Normativa ANEEL nº 414 de 2010, que incorporou o faturamento da energia elétrica consumida pelos equipamentos auxiliares de iluminação pública, a partir de março de 2011.

Receita de Uso da Rede - Consumidores Livres

Essa Receita refere-se à TUSD, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro trimestre de 2012, a Receita foi de R\$458.628 comparada a R\$447.341, no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 2,52%. Esta variação decorre, principalmente, da migração de consumidores cativos para a condição de consumidores livres, que representou um aumento de 11,87% na quantidade de consumidores livres e 2,17% no volume transportado.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita no primeiro trimestre de 2012 foram de R\$1.206.490, comparados a R\$1.071.118, do primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 12,64%.

As principais variações nas deduções à Receita são:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$152.660, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$121.627, do primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 25,51%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre, principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$112.709, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$98.024, do primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 14,98%. A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada para promover a competitividade da energia gerada a partir de fontes alternativas e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Este resultado decorre da atualização da quota do exercício anterior em função do crescimento de mercado e da variação do IPCA no período base (setembro a agosto).

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$1.823.491, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$1.651.155, do primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 10,44%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$198.991 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$155.246 no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 28,18%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$789.410, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$757.381, do primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 4,23%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 29,80% no suprimento de energia proveniente de fontes alternativas (PROINFA), que foi de R\$56.370 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$43.430 do mesmo período de 2011, conforme cotas anuais definidas pela ANEEL. A redução de 9,58% na energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, que foi de R\$438.945, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$485.440, do primeiro trimestre de 2011, ocasionada por empreendimentos em atraso, foi compensada pelo aumento de 14,29% no montante de energia proveniente de contratos bilaterais, que foi de R\$62.522 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$54.707 no mesmo período de 2011 e do aumento de 75,13% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo, que foi de R\$107.709, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$61.502, do mesmo período de 2011.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 20 das Informações Contábeis Intermediárias.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$200.955, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$219.022, do mesmo período de 2011, uma redução de 8,25%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$58.101, no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$18.999, do mesmo período de 2011, um aumento de 205,81%. Esta variação decorre, principalmente, da reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos discutindo relações de consumo, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, que ocasionou as constituições realizadas em 31 de março de 2012, no montante de R\$24.246, que passou para perda mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$205.715 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$189.311 no primeiro trimestre de 2011, representando um aumento de 8,67%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$162.619 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$145.190 do mesmo período de 2011, representando um aumento de 12%. As principais variações decorrem do maior volume de serviços de comunicação, conservação e limpeza, leitura de medidores e entrega de faturas de energia.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 20 às Informações Contábeis Intermediárias.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$37.155 no primeiro trimestre de 2012, comparados a R\$16.710 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 122,35%. O valor provisionado no primeiro trimestre de 2012 refere-se a parte da participação nos resultados já negociada no acordo coletivo de novembro de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro Líquido, no primeiro trimestre de 2012, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$57.799, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$73.657 no mesmo período de 2011, uma redução de 21,53%. Os itens que compõem o Resultado Financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- ganhos líquidos com Instrumentos Financeiros de R\$ 6.080 no primeiro trimestre de 2011, comparados às perdas líquidas de R\$9.240 do mesmo período de 2011;
- redução de 49,04% nas variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$9.562 no primeiro trimestre de 2011, comparados a R\$18.764 do mesmo período de 2011, somada à redução de 22,22% nas variações monetárias relativas às Obrigações Pós-Emprego (FORLUZ), R\$18.210 no primeiro trimestre de 2012 comparados a R\$23.412 no primeiro trimestre de 2011. Este resultado decorre da menor variação do IPCA e do IGP-M no primeiro trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período de 2011;
- aumento de 21,53% nos Encargos de Empréstimos e Financiamento, que foi de R\$82.157 no primeiro trimestre de 2012 em comparação a R\$67.603 do primeiro trimestre de 2011, decorrentes de novas captações realizadas a partir do segundo trimestre de 2011.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 21 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro trimestre de 2012, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$80.900 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$234.097, representando um percentual de 34,56%. No primeiro trimestre de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$76.292 em relação ao Resultado (antes dos efeitos fiscais) de R\$219.891, representando um percentual de 34,70%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 8 das Informações Contábeis Intermediárias.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Distribuição S.A
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG058176 /O-0